

## **ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ATUARIAL DA SUSEP**

**26 de agosto de 2016 (INÍCIO: 10:00h – TÉRMINO: 13:00h)**

### **PARTICIPANTES:**

#### **Susep**

Danilo Claudio da Silva

Roberto Suarez Seabra

Elder Vieira Salles

Denis Batista

Thiago Signorelli

Paloma H. P. Gomes

Victor de Almeida França

#### **CNseg**

Karini Madeira

Fernanda Chaves Pereira

Marcos Spiguel

Gustavo Genovez

#### **FENSEG**

Hamilton M.T. Martins

#### **IBA**

Luciana Bastos

#### **Fenaber**

Claudia Novello Ribeiro

#### **Fenaprevi**

Vania Brasil Simões

Jair Lacerda

Celina Silva

## **Fenacap**

Jacqueline M. Lana

Anna Paula Almeida

## **IBRACON**

Carlos Eduardo Teixeira

Joel Garcia

## **ABERTURA**

A reunião da Comissão Atuarial foi realizada por videoconferência com participantes no Rio de Janeiro (CNSeg – Rua Senador Dantas, 74, Sala A – 13º andar) e São Paulo (SINDSEG-SP – Av. Paulista, 1294 - 4º andar conjunto 4B - Edifício Eluma – Sala 1). Foi aberta pelo Diretor de Monitoramento de Solvência da Susep, Danilo Claudio da Silva, que, após as boas vindas aos presentes, iniciou os trabalhos.

Em relação ao andamento do estudo de alterações no PLA, Danilo informou que a minuta de Resolução sobre o assunto foi submetida ao Conselho Diretor da Susep que aprovou o envio à consulta pública. Elder informou que será feita uma palestra no dia 02/09/2016 para apresentar ao mercado as propostas contidas na minuta, detalhes sobre o estudo de impacto e os dados necessários do mercado para este estudo, além de como preencher o quadro 28 do FIP para envio destes dados. Fernanda Chaves informou o receio do mercado de publicação desta Resolução antes do teste de impacto ser finalizado. Danilo informou que o estudo estará pronto antes da referida publicação.

Danilo informou a dificuldade dos auditores em validar os dados do FIP enviados pelas supervisionadas. A partir desta dificuldade, surgiu o projeto de reestruturação de envio eletrônico dos dados do FIP. Até o final do ano, a área de TI da Susep verificará a infraestrutura necessária para implementar o projeto. Desta forma, foi criada uma Comissão interna da Susep. Roberto Seabra informou que os problemas na base de dados são frequentes na área de provisões.

Em relação ao andamento da revisão do modelo de cálculo do risco de subscrição de danos, Victor França informou que a parte metodológica já está definida e estão em estudos critérios para revisão periódica das matrizes de correlação utilizadas neste modelo. Informou que será apresentado ao mercado, até o final do ano, um relatório sobre esta metodologia e estes critérios propostos para recebimento de

sugestões. Danilo solicitou a indicação de algumas pessoas do mercado para participar do grupo para sugestões. Danilo informou que a revisão neste momento será apenas do modelo de cálculo do risco de subscrição de danos.

Victor França e Jair Lacerda informaram sobre casos de sucesso de parceria com instituições de ensino e pesquisa para desenvolvimento de trabalhos de real necessidade de desenvolvimento do mercado.

Sobre a revisão das regras do TAP, PPNG e pro labore, Danilo informou que foi aprovada a colocação em consulta pública pelo Conselho Diretor da minuta de Circular, que altera a Circular 517/2015. Em relação às dúvidas constantes no Ofício da CNSEG, Roberto Seabra respondeu a todas.

Em relação à ativação da Comissão de Resseguro, Elder informou que, por haver outras Comissões, os assuntos de interesse do mercado poderiam ser tratados nas Comissões já existentes ou que os representantes do mercado enviem consulta à CGCON sugerindo a criação da referida comissão pela aquela área, com a proposta de discutir aspectos regulatórios de resseguro.

Em relação à operação de cosseguro, a Susep identificou uma aparente incompatibilidade entre as normas que tratam de cosseguro e a sua operação na prática. A norma veda qualquer tipo de solidariedade entre as seguradoras participantes do cosseguro. No entanto, por questões práticas, nos cosseguros de produtos massificados a seguradora líder, em geral, assume o papel de responsável pelo recebimento de prêmios e pagamento de sinistros, o que, de certa forma, desconfigura a ausência de solidariedade prevista em norma. A Susep apontou que a questão gera impactos na análise do risco de crédito e nas provisões técnicas. Dada a complexidade do tema, os representantes do mercado ficaram de levar a questão para discussão interna no âmbito da CNseg, com proposta de retomar a discussão nesta Comissão. Gustavo Genovez informou que os representantes da CNSEG conversaram internamente para verificar se todos adotam as mesmas práticas ou não em relação ao tema. Informou ainda que serão necessárias mais algumas reuniões internas na CNSEG para, a partir daí, continuar a discussão nesta Comissão Atuarial. Danilo questionou a relevância do tema e da continuidade das discussões, tendo em vista os demais trabalhos desenvolvidos, e foi decidido pela Comissão que esse assunto seria tratado em momento posterior.

Em relação ao cálculo de provisões nos ramos RC/Transportes, Roberto informou que foi realizada uma reunião no dia 27 de julho para discutir a forma de preenchimento dos quadros estatísticos de prêmios de transporte e sinistros de

responsabilidade civil e garantias. Foi feita uma proposta que, por sua vez, foi enviada ao grupo para análise até 2/9/2016. Danilo solicitou que a área de fiscalização de conduta e produtos seja informada dos resultados destas análises.

Em relação às operações de portabilidade, Elder informou que existem relatos de demora em alguns casos no fluxo de informações. Paloma solicitou que representantes do mercado explicassem esta prática. Celina sugeriu agendar reunião específica sobre o assunto, envolvendo representante da FENAPREVI que conhecesse o assunto. Danilo sugeriu convocar, além da COPRA, representantes da área de produtos da SUSEP.

Em relação à assistência financeira como ativo redutor, Danilo informou que conversará com o superintendente da SUSEP para avaliar a possibilidade deste assunto entrar na pauta da próxima reunião do CNSP.

Em relação aos CPAs, Danilo informou que o CPA 004 (provisão de excedente financeiro) será referendado pela Susep. Fernanda Chaves informou que espera que novos CPAs sejam finalizados em breve. Danilo informou que convidará a Previc e a ANS para também avaliarem a pertinência de referendar ou não estes CPAs.

Em relação à subcomissão de riscos, Victor França relatou o andamento dos trabalhos da subcomissão, destacando que em breve uma minuta de Circular sobre fatores de risco reduzidos será levada ao Conselho Diretor para aprovação de colocação em consulta pública.

Adicionalmente, Danilo informou o desenvolvimento de uma matriz de riscos para ser utilizada pela fiscalização da Susep.

Próxima reunião – Comissão Atuarial - dia 11 de outubro de 2016, às 10:30, na sala de reuniões do 13º andar da Susep.